

O Jornalismo, práticas saudáveis e equidade: Narrativas democratizantes ou conformação de comportamentos?¹

Wilson Couto BORGES²

Doutor

Alice GATTO³

Doutorando

Glauber TIBURTINO⁴

Mestre

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

É antiga a relação entre as narrativas da imprensa e as lutas sociais que são travadas em vários momentos históricos. No presente trabalho, tomamos como ponto de partida as construções contidas em jornais e revistas para, num quadro geral sob a vigência da emergência sanitária da pandemia de COVID-19, refletirmos sobre o quanto as campanhas continuam a preconizar e acentuar a responsabilização individual diante de um processo que assola até as economias mais avançadas. Entretanto, a exemplo de outras contradições da formação social brasileira, observam-se dois movimentos complementares: o primeiro é a criminalização dos mais vulneráveis diante da impossibilidade de seguir as orientações da OMS, largamente difundidas pela grande mídia; o segundo, que esse movimento acentua, em cores contemporâneas, estratégias que evidenciam o “medo branco de almas negras”.

Palavras-chave: História do Jornalismo; Democracia; Práticas de Saúde; Alimentação Saudável; Desigualdades

Introdução

Do ponto de vista da construção de um processo de formação da imprensa no Brasil, o século XIX é um dos períodos singulares para compreensão sobre o fazer de uma atividade que, além de interferir no cotidiano de um país, tornou-se central para a vida em sociedade. Mesmo diante dos avanços tecnológicos que impulsionaram o desenvolvimento do

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Dr. em Comunicação. Pesquisador em Comunicação e Saúde do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Vice-líder do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS - Fiocruz/UFRJ). E-mail: wilson.borges@icict.fiocruz.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Mestre em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS/Fiocruz). Integra o Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS - Fiocruz/UFRJ). E-mail: alice_gatto@yahoo.com.br

⁴ Mestre em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz), especialista em Comunicação e Saúde e integrante do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS - Fiocruz/UFRJ). Assessor de Comunicação na Fundação Oswaldo Cruz E-mail: glauber.tiburtino@fiocruz.br

jornalismo, tanto no século XX quanto no início do XXI, o “empreendimento jornalístico” até os anos 1930 (já sob os auspícios da Era Vargas), esteve diretamente associado ao fator econômico, uma vez que para se produzir um jornal o custo era relativamente elevado. Tal constatação nos conduz necessariamente a dois aspectos igualmente relevantes para o desenvolvimento das nossas reflexões nas próximas páginas. O primeiro é que, face à forma “artesanal” como eram produzidos, parte significativa dos periódicos que surgiram no século XIX teve vida muito efêmera, com alguns deles não passando da primeira tiragem (RIBEIRO, 2006; BARBOSA, 2000).

O segundo está associado a uma dimensão cada vez menos evidente se considerarmos a chamada grande imprensa, formada pelos grandes conglomerados de mídia de nosso país: o engajamento político. Ainda que fosse unísono em toda a imprensa, um desses movimentos políticos foi sem dúvidas a chamada Campanha Abolicionista: para aqueles jornalistas, vidas negras mais que importavam. Num quadro onde se aumentava o cosmopolitismo do Rio de Janeiro, bem como a proliferação e o aumento da circulação de jornais, tonaram-se centrais os papéis desempenhados por José do Patrocínio (primeiro trabalhando na *Gazeta de Notícias* e depois no *Gazeta da Tarde*, este de sua propriedade) e de Joaquim Nabuco (no *Jornal do Comércio*). Menos nos interessa aqui sublinhar as posições um pouco mais radical do primeiro e mais moderada do segundo, mas destacar a relevância do debate em que se envolveram, cujas consequências ainda são percebidas e investigadas por nós. Nosso ponto de partida são as inequidades em saúde e, num momento histórico em que o mundo é tomado pela pandemia de COVID-19, se as inequidades aumentaram, contra populações vulneráveis um abismo se estabeleceu.

Sob o raiar da Abolição da Escravidão, a “campanha abolicionista” dentro dessa “fábrica de notícias” – muito interessante como mais uma vez a associação imprensa/propaganda se estabelece – foi capaz de oferecer à sociedade a possibilidade de discutir seus valores e formular novos, incrementando um processo de mudanças. Mas, há também de se considerar o analfabetismo daquele tempo e as práticas de leitura em voz alta que nortearam aquele ambiente cultural. Ora, estaria também tais mecanismo de “escuta dos jornais” se atualizando no século XXI sob novo formato, cujas as redes sociais digitais se apoiam centralmente? A Biblioteca Nacional tem em seu acervo um registro histórico precioso dos periódicos que, se não chegaram a compor uma “imprensa negra”, registram uma história de lutas que necessitam retornar à luz do dia. Como está registrado em seu sítio, o lugar de tais matutinos “deve ser de destaque numa sociedade engajada na luta contra o

racismo, bem como preocupada em estudar processos históricos cruciais para o desenvolvimento de um mundo democrático”.⁵

Uma pandemia, a emergência sanitária e novas campanhas

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia de Coronavírus. As emergências em saúde relacionadas à pandemia atingiram diversas esferas sociais e suas implicações reconfiguraram as práticas de saúde por todo o mundo. Com alto grau de contágio, a COVID-19 foi responsável pela infecção de mais de 151 milhões de pessoas mundialmente⁶, enquanto produzimos essa escrita a atualização do número de vidas perdidas no Brasil soma a marca de 479 mil pessoas.⁷

O novo SARS-CoV-2 condicionou realidades a um “novo normal”. Sob a emergencial crise sanitária em saúde, as políticas públicas adotadas no país confrontaram à OMS em um panorama cruel a partir de uma falsa dicotomia, porque redutora e simplificadora entre “economia *versus* saúde”. Mas, nesse quadro maior, quem realmente pode ficar em casa? Quem são os trabalhadores essenciais?⁸ Como aderir às indicações da OMS quando a pandemia de COVID-19 aprofunda desigualdades sociais como direito à alimentação, à habitação, acesso a saneamento básico ou a acessibilidade tecnológica (acesso a tecnologias de informação e de comunicação), fundamentais para uma adesão a essas indicações? Como proteger o Sistema Único de Saúde (SUS), quando o complexo-médico-industrial se apresenta tão ostensivo e com suporte e apoio dos meios de comunicação?

Atravessada pela lógica do discurso capitalista, Coser (2006, p.78) apresenta a simbiótica relação entre a opinião pública e a ciência “na construção de figuras de consumo” – nas suas mais diversas formas, incluindo, como temos advertido, para o de informação inclusive (BORGES; GATTO, 2019) –, promovendo essas ou aquelas indicações de saúde. Essas indicações operam na manutenção das relações capitalistas, por exemplo, na emergência da obesidade servindo à proliferação de novos produtos criados “como resposta à pandemia de obesidade” (GATTO, 2020, p.77). A demanda por novos produtos, ou práticas “saudáveis”, criam sistemas de diferenciação social que atua como um verniz dos

⁵ O acervo da Biblioteca Nacional pode ser encontrado em <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/imprensa-negra-abolicionista-acervo-biblioteca>. Acesso em 09/06/2021.

⁶ Disponível em: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/brazil/> Acesso em 30/04/2021.

⁷ Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciict.fiocruz.br/>. Acesso em 09/06/2021.

⁸ “Belém vai contra entendimento nacional e inclui domésticas como essenciais” <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/06/belem-inclui-domesticas-entre-servicos-essenciais-durante-lockdown.htm>. Acesso em 06/06/2021.

antagonismos sociais desde o campo, seja na precária situação trabalhista enfrentada por trabalhadores rurais, seja na reprimarização da terra promovida pelo modelo do agronegócio, na promoção do “autocuidado” (receita individualizante para a manutenção da saúde) ou pela responsabilização dos riscos da crise de saúde pública no contexto da pandemia de coronavírus quando não estariamos adotando “indicações de práticas saudáveis”, a exemplo do “não esqueça de lavar sempre as mãos”.

Além do #fiqueemcasa, indicação presente em inúmeras publicações em diversas mídias tradicionais e digitais, outras recomendações também se alastraram pelas redes. Destacamos a prática de exercícios físicos e realização de uma alimentação saudável como fonte de mais resposta imunológica à COVID-19. Cremos que um dos elementos centrais desse processo, e que não deve ser negligenciado, é a forma como as informações são construídas e postas em circulação em larga escala. Nesse sentido, embora reconheçamos que as chamadas redes sociais digitais venham ocupando grande centralidade na cena contemporânea, não se pode perder de vista que tais práticas encontram solo fecundo dos processos de difusão que tem na comunicação de massa seu ponto de partida. Como já foi explorado em outra oportunidade (BORGES; GATTO, 2019) é próprio do século XX a separação entre o jornalismo e a publicidade-propaganda como campos que estariam associados à produção e circulação de informações objetivas, neutras e imparciais, no caso do primeiro, enquanto ao segundo caberia o lugar da produção e circulação de um discurso sedutor comprometido com a ideia de venda. Ao optarmos por trabalhar com a noção de narrativas (BORGES, 2014), não só recuamos às bases desse processo ainda no século XIX, como acentuamos que jornalismo e publicidade-propaganda são duas faces da mesma moeda (BORGES; GATTO, 2019).

Para o desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas, partimos de três eixos estruturantes: o primeiro é o lugar das determinações de saúde específicas adquiridas na sociedade de classes que, em um cenário de pandemia, apresentam indicações de saúde individualizadoras de ações coletivas; o segundo, do papel das narrativas midiáticas na conformação desse cenário que, mesmo não sendo novo, acirra as evidentes contradições de classe; já o terceiro, sobretudo em um contexto de desmonte de políticas e programas de combate à fome, é a emergência de um debate público que oculta o quanto uma falsa contradição se estabelece ao reduzir que o auxílio emergencial se torna uma sentença entre o direito à habitação ou ao inalienável direito à alimentação.

Dados do Data Favela em parceria com Instituto Locomotiva expõem que, em 2020,

metade dos brasileiros têm renda familiar de até R\$2.400,00. Entre a população mais pobre, 60% coabitam seus lares com mais de quatro pessoas, ao todo são 13,6 milhões de brasileiros residindo em favelas, 89% não puderam exercer o distanciamento social e 96% desses brasileiros dependem do SUS⁹. A insegurança alimentar, que há cinco anos era motivo de superação e exemplo internacional, hoje invade a casa de 116,8 milhões de brasileiros. Uma investigação realizada em 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), através do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, aponta a crueldade da fome que abate 9% da população brasileira e permite que quase a metade de sua população conviva com algum grau de insegurança alimentar (quantidade insuficiente de alimentos, diversidade, etc). Em contrapartida, em 2020, a concentração de renda do 1% de brasileiros mais ricos¹⁰ teve um aumento de R\$177 milhões de reais.

O capitalismo se reinventa, e com ele as modalidades de manipulação das condições econômicas operam novas formas na obtenção do acúmulo de capital (MERHY, 2014, p.42).

(...) quando as práticas sanitárias transformam a problemática das condições coletivas de saúde, produto das relações sociais de produção, em seu objeto de ação, passível de um tratamento científico instrumentalizado, e se organizam a partir das instituições estatais, elas estarão intervindo de modo a reforçar as ideais de que, se todos são iguais perante as instituições estatais, assim como também o são perante a ciência, as eventuais diferenças que se verificarem deverão ser atribuídas a características individuais ou no acaso, e não às diferenças reais que decorram de suas distintas posições nas relações de produção (MERHY, 2014, p. 57).

Práticas saudáveis para todos, mas que narrativa é essa?

A recomendação da prática de exercícios físicos como medida terapêutica já foi observada em outro momento por Tiburtino e Sacramento (2019), destacando-se o quanto a frequência dessas indicações inunda as chamadas mídias tradicionais, com forte acento no jornalismo, transbordando para as mídias sociais digitais. Seja como forma de sair do sedentarismo e controlar as taxas fisiológicas – como colesterol, triglicerídeos e pressão arterial –, seja em prol da saúde mental, a prática de atividades físicas tem sido preconizada constantemente na imprensa e nos discursos socialmente autorizados da tecnicidade científica, sofrendo uma atualização especialmente durante a pandemia. Dentre os exercícios

⁹ Pandemia na Favela. Disponível em: https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/eaab21_9837d312494442ceae8c11a751e2a06a.pdf.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml> Acesso em 06/06/2021.

estimulados por esses atores sociais, atividades aeróbicas ao ar livre têm se destacado, especialmente por conta da precaução em relação a ambientes fechados.

Pretensamente democrática e acessível a todos, a corrida de rua – ou corrida a pé – é uma das modalidades indicadas para compor a gama de cuidados apontados como preventivos – no sentido de fortalecer o organismo e o sistema imunológico por meio da adoção de um estilo de vida ativa (COOPER, 1970) – e, assim, dentre outros atributos moralmente enaltecidos, ajudar no controle dos riscos deflagrados pela pandemia. Para Deborah Lupton (2000), a cultura do risco rotula comportamentos que se diferem do que é padronizado como moralmente idealizados, taxando tais condutas como arriscadas ou como fatores de risco.

Lupton (2000, p.28) destaca que “no discurso da promoção da saúde, o estilo de vida é patologizado como uma fonte de má-saúde, com um conjunto particular de comportamentos específicos e discretos sendo identificados como de risco”. Essa concepção se repete no atual cenário de insalubridade em saúde, e para além das medidas consagradas, como higienização das mãos, uso de máscaras e distanciamento social, a prática de atividade física complementa o rol de cuidados que possam dirimir riscos provenientes da COVID-19, no receituário social.

Todavia, fatores socioeconômicos, presente nas sociedades de classes, afetam diretamente as condições e oportunidades dentre aqueles que realmente podem dedicar parte de sua rotina ao cuidado de si, dispondo de oferta adequada de espaço, tempo, condições e materiais. Entretanto, não é exatamente assim que esse cenário é descrito, por exemplo, nas páginas dos jornais. Quando nos deparamos com o noticiário, é possível encontramos construções narrativas que apontam que a prática da corrida de rua está “logo ali, ao alcance de todos”. Mas, a realidade histórica de nosso país, de nosso estado, revela fortes limitações para que possa ser acessada indiscriminadamente pela população. Ainda que praticada com outras características desde o fim do século XIX (MELO, 2009), a corrida de rua se desenvolve da forma como conhecemos hoje em regiões economicamente privilegiadas, como a Zona Sul do Rio de Janeiro, especialmente a partir da década de 1970 (NOGUEIRA, 1972; DALLARI, 2009; TIBURTINO, 2020). Sendo mais acessada, naturalmente, pela população que ocupa esse território, composta predominantemente por pessoas brancas e de um padrão socioeconômico mais elevado.

Nas periferias e nas regiões metropolitanas das cidades, as pistas das belas e pavimentadas orlas que servem aos moradores das regiões turísticas da cidade são – quando

muito – convertidas em Vilas Olímpicas¹¹ ou até mesmo em acostamento de rodovias (DADDARIO, 1980). A imprensa registra e atua nessa conformação social, como está presente em citações tiradas de periódicos da época: “os praticantes do método de Cooper que frequentam a praia de Copacabana tiveram ontem uma surpresa: do posto dois ao seis o delegado Hermes Machado [...] mandou colocar placas indicativas de cada 400 metros para facilitar os que praticam esse tipo de exercício” (LANCE LIVRE, 1972, p. 10).

A mídia impressa da época retratava, ainda, as disparidades existentes e necessidades de deslocamento experimentadas por parte dos indivíduos residentes de outras localidades da cidade que buscavam o exercício da mesma prática. O que demonstra que desde a origem do seu incentivo a atividade já se mostrava menos inclusiva e democrática do que anunciava ser:

[...] as placas indicativas dos percursos a pé ao longo da praia têm atraído aos exercícios moradores de bairros distantes [da Zona Sul carioca], como João José, de 73 anos, que vem da Tijuca. Para encurtar a distância percorrida de ônibus, da qual o método não se ocupa, as praias de Botafogo e da Bica (Ilha do Governador) serão balizadas este mês e as de Ipanema e Leblon em agosto (ADEPTOS, 1972, p. 5).

A menção na reportagem a um bairro da Ilha do Governador poderia sinalizar alguma pré-disposição à ampliação das estruturas arquitetônicas e urbanísticas voltadas à prática da corrida e caminhada em outras regiões geográficas do Rio de Janeiro. Todavia, a prevalência de bairros da Zona Sul e da elite econômica da cidade, na época, já era evidente. Numa matéria que data do início da década de 1980, uma reportagem do jornal *O Globo* opõe-se à percepção da corrida como privilégio socioeconômico de uma localidade específica, conforme trecho destacado abaixo e que comentaremos a seguir:

Em menos de dez anos eles invadiram ruas e avenidas, parques, orlas marítimas e até a Avenida Brasil. Conhecidos antes como “a turma do cooper”, homens, mulheres, jovens e velhos hoje praticam o jogging ou corrida rústica, lutando contra a barriga, a preguiça e a ideia de que o brasileiro só se exercita na “pelada” ou no frescobol. [...] Há quem corra até na Avenida Brasil e na rodovia Presidente Dutra, nos fins de semana e a partir das três horas da manhã – como poucos na Zona Sul, os corredores destas pistas tão perigosas chegam aos 30 quilômetros num percurso que pode começar em Belfort Roxo ou São João de Meriti [municípios da Baixada Fluminense], acabando de vez com a noção de que essa “febre” só ataca moradores da Zona Sul e de alto poder aquisitivo (DADDARIO, 1980, p. 1).

De fato, corredores de fora da Zona Sul carioca também aderiram aos discursos e narrativas favoráveis à incorporação da corrida e passaram a praticá-la, como mencionado na

¹¹ Até 2009 existiam as seguintes Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro: 1) Centro Esportivo Miécimo da Silva, 1982, no Bairro de Campo Grande; 2) Vila Olímpica da Marê, 2000, no bairro de mesmo nome; 3) Vila Olímpica Carlos Castilho, 2002, no bairro de Ramos (Complexo do Alemão); 4) Vila Olímpica Mestre André, 2002, no bairro de Padre Miguel; 5) Vila Olímpica Clara Nunes, 2002, no bairro de Fazenda Botafogo; 6) Vila Olímpica Jornalista Ary de Carvalho, 2003, no bairro de Vila Kennedy; 7) CIAD Mestre Candeia, 2003, no Centro; 8) Vila Olímpica Oscar Schmidt, 2004, no bairro de Santa Cruz; 9) Vila Olímpica da Gamboa, 2004, no bairro de mesmo nome (MELO, 2017, p. 1370).

reportagem jornalística. Situação essa que se estende até os dias atuais. Contudo, tal prática improvisada era claramente executada sem as mesmas condições de estrutura, segurança, adequação, conforto e possibilidade de performance ofertadas aos praticantes de orlas, calçadões, ciclovias e parques voltados para os exercícios aeróbicos. Portanto, observa-se, por um lado, uma clara descontextualização e ausência de senso crítico na matéria jornalística e, por outro, uma certa reafirmação, ainda que implícita, sobre a quem estavam destinadas tais práticas, tais exercícios.

No que toca à prática de exercícios físicos, historicamente, a imprensa brasileira, sobretudo a esportiva, auxiliou em grande parte a expansão do método Cooper (COOPER, 1970) como prática de atividade física voltada para a saúde (TIBURTINO; SACRAMENTO, 2019), especialmente a partir do êxito da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970, no México (DALLARI, 2009; DIAS, 2017). Trechos de reportagens de veículos impressos da época registram e expressam a forma como tais correlações eram feitas e incentivadas, como o texto de capa do *Caderno B*, da edição de 2 de dezembro de 1971, do *Jornal do Brasil*: “Diminuir a curva da barriga e aumentar a reta da vida: nas mais diversas faixas de idade, homens e mulheres começam a perceber a importância da aptidão física, não só por questões estéticas, mas também, e, principalmente, por motivos de saúde” (BOCCANERA, 1971, p. 1).

A promessa feita nas páginas do jornal refletia-se em outras publicações midiáticas, como a edição de fevereiro de 1972 da revista *Manchete*, ao publicar uma entrevista de quatro páginas com Kenneth Cooper. O texto relembra a origem do incentivo às atividades físicas aeróbicas a partir do futebol, mas amplia a abrangência dos exercícios para outras esferas sociais de forma entusiasmada, exaltando seu potencial. A chamada inicial da entrevista traz o emblemático título: “Cooper. Seu método cura tudo: do enfarte ao tédio” (BIANCHI, 1972, p. 52). Uma nova promessa ufanista e entusiasta. Nesses termos, é mais que oportuno destacar o quanto a forma como eram construídas e postas em circulação tais referências ocupam certo *zeitgeist*¹² da época bem como, além das páginas dos jornais, revistas, dial de rádios, e mesmo o noticiário dos ainda incipientes telejornais. Para nós, é exatamente a atualização de tais narrativas, associadas com técnicas e necessidades mais contemporâneas, que vai fornecer as bases para as construções oferecidas nas redes sociais digitais.

¹² *Zeitgeist* é uma expressão usada pelos alemães para qualificar, de forma mais ou menos genérica, o que chamam de *o espírito do tempo*. Com ela, se designa um ambiente social, cultural, político, intelectual de certa época.

Evidentemente, ainda que a prática das corridas de rua tenha formado esse *zeitgeist*, os meios de comunicação de massa não funcionam de forma uníssona. Voltando à *Manchete*, é oportuno mencionar que ela mesma, dez anos após a publicação da informação que mencionamos no parágrafo anterior, chega a retratar uma nova realidade, na qual expunha um desnivelamento acerca da compreensão dos reais benefícios dos exercícios aeróbicos a partir da separação por classes sociais: “Enquanto a alta classe média nutre a crença mística de que a capacidade de correr (cooper, jogging, etc) ou realizar longas caminhadas protege as artérias coronárias, a grande maioria da classe média intermediária acredita que severos esforços físicos são prejudiciais” (CORONÁRIAS, 1981, p. 78). Nota-se, que apesar de toda a divulgação e ênfase acerca do método na década anterior, tensionamentos, conflitos, disputas e desinformação podem ter proporcionado óticas diferentes acerca da prática em cada camada socioeconômica da sociedade. Constituindo-se como privilégio e oportunidade muito mais para um grupo do que para outro.

Portanto, uniformizar o discurso e responsabilizar o indivíduo pela lógica neoliberal do autocuidado como governamentalidade (FOUCAULT, 2006) – entre o sujeito prudente e o irresponsável, ao classificá-lo como ativo ou sedentário (BAGRICHEVSKY *et. al*, 2007) normal e anormal (VAZ, 2006) –, é mais uma forma de transferência de responsabilidades do poder público para o âmbito privado, particular de cada cidadão. Igor Sacramento (2016) também aborda essa questão, contemplado o papel da mídia e a construção sociocultural de identidade nessa análise:

(...) a preeminência da mídia na vida cotidiana na contemporaneidade, articulada à aceleração na produção, circulação e consumo de estilos de vida, permite uma nova trama de responsabilização pela saúde. Ela descola-se, efetivamente, do campo do Estado para o do indivíduo. A saúde é uma questão de estilo; portanto, implica um determinado conjunto de escolhas que afirmam e engendram uma identidade pessoal associada ao corpo, a exercícios físicos, a práticas terapêuticas, alimentares e comportamentais e a produtos diversos. (SACRAMENTO, 2016, p.2)

Se as condições postas não são exatamente equânimes, algo deve ser feito para realmente democratizar o acesso à atividade física, uma vez que seus benefícios e estímulo são evidenciados e referenciados inclusive pela OMS, que recentemente atualizou suas orientações para a prática de exercícios físicos, dobrando a carga horária semanal antes recomendada para cada faixa etária (WHO, 2020). O discurso homogeneizado, embora possa ser inicialmente atrativo, também se revela culpabilizador ao se basear nas noções de autocuidado como autorresponsabilidade. Essa crítica é feita por autores como Luis David Castiel e Paulo Roberto Vasconcellos-Silva (2006), que demarcam a isenção do poder público

e das políticas públicas nessa narrativa de que todos teriam liberdades e condições para escolher a forma como querem viver e ter mais qualidade de vida, ignorando-se as subjetividades implicadas e aspectos socioeconômicos, culturais e políticos.

Apesar das aparentes boas intenções, o enfoque é eminentemente individualista: as pessoas, independentemente de seus contextos socioeconômicos e culturais e, portanto, das margens de escolha em seus modos de vida, teriam a responsabilidade de se exercitarem para viverem mais tempo e com melhor qualidade de vida, da maneira como puderem, não obstante as injunções sociopolíticas e econômicas que determinam a forma como nosso cotidiano se organiza em termos de trabalho, lazer, segurança etc. (CASTIEL e VASCONCELLOS-SILVA, 2006, pp. 80-81).

Janus sugere o autogoverno, mas onde fica responsabilidade para o Estado?

Como parte constituinte dessa estratégia de ampliação do cuidado de si, o governo federal, juntamente com entidades da sociedade civil que articulam os campos da saúde coletiva e da educação física, vem trabalhando na elaboração do Guia de Atividade Física para a População Brasileira. O material seria mais uma espécie de manual de conduta, porém, inscreve e não se mostra capaz de superar tais entraves socioeconômicos que dificultam a adesão do exercício de atividades físicas por grande parte da população brasileira. Uma vez que não se constitui como política pública. Afinal, no Brasil, a real democratização dessas práticas ainda é incipiente, seletiva e, portanto, majoritariamente mais presente no âmbito privado (TIBURTINO, 2021, p.30).

Marx (2013), ao expor que os fatos estão inseridos em acontecimentos, nos oferece ferramenta analítica para compreensão de que modelos políticos e econômicos são manifestações combinadas das interações sociais (em constante mudança). Tornam claras, nesse sentido, as “estruturas de apropriação econômica e dominação política, nas quais tendem a cristalizar-se aquelas relações e os antagonismos que com elas se engendram” (IANNI, 1988, p.17). Assim, torna-se mais que necessário pensar o social com a perspectiva de um espaço diverso, reflexo da interseção das distinções dos recortes – pobre *versus* rico; homens *versus* mulheres; velhos *versus* novos; corpos padrões *versus* corpos destoantes da norma. Qual é e quem faz circular em larga escala a norma na pandemia de COVID-19? A quem ela serve? Para quais brasileiros as indicações da OMS são viáveis ou possíveis?

As políticas de urbanização e habitação se inscrevem na realidade social dos sujeitos das cidades. Realidades atravessadas por distâncias, confinadas em poucos metros quadrados de alvenaria e sem ventilação, com paredes infiltradas, muitas vezes sem água potável, sem coleta de lixo e esgoto, em ruas que não recebem *delivery* ou estão fora das rotas do

escoamento da produção de alimentos orgânicos. Milton Santos (2012, p. 119) escancara que a urbanização desigual é fruto do desenvolvimento desproporcionado e intervencionista na vida e nas repercussões regionais marcadas pela polarização urbana. Assim, a transferência de responsabilidade, que investe no autocuidado, além de reduzir o processo a uma questão de estilo devida saudável, enfraquece uma das mais importantes, universais e equânimes políticas públicas, que é o Sistema Único de Saúde. Numa só tocada, ignora-se o que significa a Saúde em seu conceito ampliado para, paralelamente, enfraquecê-lo.

Esse, porém, não é um “modelo de desenvolvimento” novo, tampouco o é o papel desempenhado pelos veículos massivos de informação. Inscrito, majoritariamente, num processo histórico de longa duração, cujas narrativas foram impulsionadas por cada conjunto de tecnologias de seu tempo, atrelada a uma ideia de progresso e desenvolvimento, o Brasil, importou um modelo que entendia a pobreza como produto da falta de informação, de uma educação que se desenvolveria em consequência ao acesso à tecnologias da informação. Wallace (2020, p.538) destaca a desigualdade experimentada pelo sul global, com infraestruturas habitacionais ineficientes para assegurar um isolamento social seguro durante o contexto de pandemia. Para cidadãos que habitam periferias ou às margens da urbanização, as patologias acometem desde construções que desabam na Muzema¹³ à privação de rede de água e de esgoto, como no recente caso da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae). Expressos em dados, as desigualdades brasileiras revelam que 35, 7% da população brasileira não possui esgotamento sanitário por rede coletora (Síntese de Indicadores Sociais 2018)¹⁴; 18,4 milhões de brasileiros não possuem água encanada (Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 – 2018)¹⁵; 49,5 milhões de pessoas estavam totalmente desconectadas da rede mundial de computadores, enquanto outras 25 milhões acessavam de forma restrita ou precarizada (Comitê Gestor da Internet - CGI Br/ 2018)¹⁶ e 57,5 da população brasileira depende do rendimento do seu trabalho (Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018).

A cidade do Rio de Janeiro, um dos berços da escravização de legiões de homens e mulheres, tem em sua arquitetura a marca dessa herança. Se do ponto de vista legal, houve libertação jurídica de escravos e escravas, do ponto de vista simbólico e do imaginário social, vários movimentos ainda são feitos para que esses brasileiros e brasileiras permanecem

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/07/construcoes-irregulares-avancam-proximo-a-area-onde-predios-desabaram-na-muzema.ghtml> . Acesso 06/06/2021.

¹⁴ Disponível em https://drive.google.com/file/d/1h5gMs8Tp40fIFzTWAYYPBKbV_Dn3qM5rq/view. Acesso 02/06/2021.

¹⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso 30/05/2021.

¹⁶ Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf . Acesso em 30/05/2021.

excluídos. Por trezentos e cinquenta e três anos aportaram nos portos brasileiros navios negreiros. Desde então, são apenas cento e trinta e três anos que nos separam da data oficial da abolição¹⁷ prática essa que tentaria suprimir a injustiça social basilar na estrutura dos pilares da concentração fundiária do território brasileiro. A herança colonial e escravagista brasileira é responsável, dentre outras mazelas, pela concentração das terras nacionais. O Censo Agropecuário do IBGE (2017)¹⁸ demonstra a questão racial na divisão do território nacional ao identificar que produtores brancos ocupam 208 milhões de hectares, quase 60% das áreas rurais registradas pelo IBGE. E mesmo a pesquisa identificando uma presença maior de negros produtores rurais – são 2,6 milhões de negros em comparação com os 2,2 milhões de brancos – essa população corresponde a apenas 28% da área total de estabelecimentos rurais – e são maioria em propriedades menores que as dos brancos, com até 5 hectares. A pesquisa revela ainda que “a partir de 20 hectares a desigualdade é nítida: quanto mais se aumenta o tamanho da propriedade de terra, menos negros são produtores rurais”¹⁹.

Considerações finais: ainda o “Medo Branco de Almas Negras”?

O historiador Sidney Chalhoub (1988), ao se debruçar sobre as contradições que buscaram forjar a construção de uma cidade ideal (entendida aqui como metáfora de um modelo de cidade branca, burguesa, europeizada) em oposição a uma cidade real, apontou a luta de classes como o fio condutor do embate entre as duas cidades:

Penso, contudo, que estas páginas reconstituíram alguns cenários sociais onde os escravos e libertos da cidade do Rio transformavam o cotidiano da exploração senhorial e capitalista em momentos de sua própria luta. Nada neste cenário negro de luta confluía com projetos delirantes de construção da sociedade do trabalho, higienizada, moral e civilizada... Estamos diante da guerra entre sujeitos históricos que concebem a vida de forma radicalmente diferente. E esta é uma guerra peculiar, onde os sujeitos históricos que possuem as armas mais ricas e poderosas juram que estão disparando flores, progressos e disciplinas (CHALHOUB, 1988, p. 102).

A remissão a Chalhoub não tem nada de accidental. Primeiro porque que ilustra, através das páginas dos jornais, como se davam essas disputas históricas que buscavam manter numa subalternidade homens e mulheres recém libertos. Segundo porque nos permite perceber que, naquilo que aparentemente se coloca numa oposição entre o “ficar em casa” e o “salvar a economia” está inscrito na formação social brasileira. Terceiro porque ela nos permite inserir

¹⁷ Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

¹⁸ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25790-numero-de-estabelecimentos-que-usam-agrotoxicos-sobe-20-4> Acesso em 06/06/2021.

¹⁹ Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco/?fbclid=IwAR3VtnurLfcMKLd4HaldhtLMpjgAfYfwzo9jcajDztVXgLjoES4y0fkr3-g> Acesso em 04/06/2021.

nossas reflexões e abordagens sobre a relação Comunicação, Informação e Saúde numa perspectiva crítica. Ao observarmos as contribuições do historiador podemos validar nossas premissas de que as narrativas jornalísticas, como todas aquelas que compõem o complexo midiático, longe de uma enganosa neutralidade, são centrais para a compreensão das contradições sociais nas quais ainda estamos inseridos.

A luta política, dessa forma, acaba colocando em evidência que todo sentido é uma construção histórica, e o antagonismo social acaba desvelando que os significados não são fixos, estão em constante disputa. Assim, em meio a esta luta de classes, o papel desempenhado pelos aparelhos privados de hegemonia é decisivo (BORGES, 2014; 2010). Desse modo, com o fim da escravidão e com a passagem do período imperial ao republicano, assiste-se à implementação de uma ordem burguesa ancorada numa construção ideológica de lei e ordem. Contemporaneamente, se atualiza essa construção associando-a a culpa por não cuidar devidamente de si. Se todas as vidas importam, e é claro que importam, nos parecem bastante evidente as motivações históricas e sociais de compreendermos e defendermos a posição de que vidas negras importam. Essa não é apenas uma luta política, mas social, cultural e igualmente acadêmica.

Referências

- ADEPTOS do teste de Cooper sentem-se outros em 38 dias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 66, p. 5, 24 jun. 1972.
- BAGRICHEVSKY, M.; CASTIEL, L. D.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. Sedentário “sem-vergonha”, saudável “responsável”? Problematizando a difusão do “estilo de vida ativo” no campo sanitário (p. 209-229). In: **A saúde em debate na Educação Física. Vol. 3**. Ilhéus, BA: Editus, 2007.
- BARBOSA, M. **Os Donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000
- BIANCHI, N. Cooper cura tudo: do enfarte ao Tédio. **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 20, n. 1.035, p.52-55, 19 fev. 1972.
- BOCCANERA, S. A busca da forma melhor. Caderno B. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 204, p.1, 2 dez. 1971.
- BORGES, W. C. A narratologia deve estar atenta à cultura. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Org.). **Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas**. RJ: Editora Fiocruz, 2014.
- _____. Imprensa e História: a interferência do inconsciente político do jornalista na conquista do imaginário social. **História da Mídia do Estado de Rio de Janeiro**, v. I, p. 1-13, 2010.
- BORGES, W. C.; GATTO, A. Eros, Tântatos ou Janus: o que o jornalismo empresta a Danilo Gentili? **XII Encontro Nacional de História da Mídia**. Natal, 2019.
- CASTIEL, L. D.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R. A noção “estilo de vida” em promoção de saúde: um exercício crítico de sensibilidade epistemológica. **A saúde em debate na educação física. Vol.2** Blumenau: Nova Letra, p. 67-92, 2006.

CORONÁRIAS, elas comandam a vida e a morte. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 1523, p. 77-79, 27, jun. 1981.

COSER, O. **De corpo e alma, cabeça e coração. Psiquiatria, psicanálise, genética e subjetividades**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2006.

CHALHOUB, S. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. In: (Org.) LARA, S. H. Escravidão. **Revista Brasileira de História** – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988.

DADDARIO, H. O corpo em forma. **Jornal da Família, O Globo**, Rio de Janeiro, ano 56, n. 17.170, p.1, 26 out. 1980.

DALLARI, M. M. **Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02092009-145957/en.php>. Acesso em 27 jul. de 2020.

DIAS, C. Corrida de rua no país do futebol. **Recorde – Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-32, jan./jun. 2017.

FOUCAULT, M. A “Governamentalidade”. In: _____. **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos**, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

GATTO, A. **Não importa a comida. Ela fica mais gostosa com Coca-Cola** **Narrativas publicitárias e suas implicações em saúde**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro (RJ). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT, Fiocruz), 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/46254/2/alice_gatto_iciict_mest_2020.pdf.

IANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1988.

LANCE LIVRE. Informe JB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 28, p. 10, 11 mai. 1972.

LUPTON, D. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, M. P. O Programa Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro no período 2000-2009: a gestão por organismos do chamado terceiro setor antes das Lei das OSs (Lei5026/2009). **Movimento, Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 23, n.4, p. 1367-1380, out/dez de 2017.

MELO, V. A. de. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 71-106.

MERHY, E. E. **Capitalismo e saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo**. 2.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

NOGUEIRA, A. Na grande área. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 10, p. 39, 20 abr. 1972.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. R. de Janeiro: E-papers, 2006.

SACRAMENTO, I. Saúde, estilo de vida e cultura de consumo num contexto neoliberal. **Reciis – Revista Eletrônica Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. 10(4), p. 1-5. out.-dez. 2016.

SANTOS, M. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

TIBURTINO, G. Q. T. O prazer de se exercitar: a atividade física traz bem-estar e saúde, mas prática ainda tem acesso limitado pelas desigualdades. **RADIS, edição 221 Fevereiro 2021**. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/o-prazer-de-se-exercitar>. Acesso em:

TIBURTINO, G. Q. T.; SACRAMENTO, I. Correr para viver mais? O método Cooper e a construção discursiva da corrida como prática de saúde na imprensa carioca (1970-1979). **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 18, n. 32, p. 268-278, set./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/download/1610/676>. Acesso em: 20 mai. 2021.

TIBURTINO, G.Q.T. **Corra, mas não morra: discursos sobre a corrida de rua como prática de saúde na imprensa carioca (1970-1985)**, Dissertação de Mestrado, 168f. Rio de Janeiro, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICT, Fiocruz), 2020.

VAZ, P. Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 3, n. 6, p. 37-61, 2006.

VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Rede PENSSAN**, 2021.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.

WHO et al. **WHO guidelines on physical activity and sedentary behaviour: at a glance**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240014886>. Acesso em 2 de junho de 2021.